

Recensione

Padilla, Beatriz; Azevedo, Joana; França, Thais (organizadoras) (2017), *Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas*. Lisboa, Mundos Sociais

ADRIANE RIBAS VIEIRA¹

O livro *Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas*, publicado em 2017, pela Editora Mundos Sociais, traz um importante compilado de informações e dados sobre o tema das políticas migratórias e suas diferentes vertentes.

O tema central do livro são as migrações internacionais, tema este que está presente em todo o livro, desde a capa, assim como seus autores/autoras e todo conteúdo exposto. A partir do primeiro contato com a obra, já é possível uma aproximação da temática das migrações. A capa do livro traz a discussão das migrações, representando uma mulher caminhando de costas, com seus pertences, em seu trajeto migratório. Com o tema “*Do lugar onde estou, já fui embora*”, a ilustração expressa a subjetividade da artista plástica, também migrante, que transcreve a migração na sua arte. Faz-se importante perceber também que dentre as organizadoras e seus dez autores/autoras deste material, estão presentes migrantes de diferentes nacionalidades, entre Portugal, Brasil, Argentina, Uruguai, Espanha, contemplando o aspecto das migrações e da mobilidade neste viés também.

O livro, composto por nove capítulos, é resultado de pesquisas e trabalhos debatidos no VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política realizado em 2012, e engloba mais duas contribuições posteriores, afim de agregar o debate das migrações internacionais e políticas migratórias em diferentes vertentes. Sendo assim, traz como resultado diferentes e importantes enfoques sobre o tema das migrações internacionais e políticas públicas portuguesas. Contempla deste modo, o histórico das políticas migratórias, a visão do Estado, diferentes programas, planos e projetos, além da perspectiva dos próprios migrantes e refugiados.

As migrações têm se configurado como um tema central nos debates atuais e um enfoque importante na agenda internacional. Há uma grande preocupação acerca das políticas públicas em um contexto de migração e as avaliações e reflexões críticas advindas deste contexto, porém, ainda há uma escassez deste aspecto nas investigações, sendo o objetivo deste material contemplar esta brecha, segundo as organizadoras. As migra-

¹ Psicóloga, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com especialização em Gestão Pública, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e mestre em Sociologia, com especialização em Migrações Internacionais pelo Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL.

ções são trabalhadas nos textos a partir de âmbitos nacionais e internacionais, focando em diferentes linhas de análise e abordagens disciplinares. Tendo seu início a partir de definições acerca das políticas públicas e as migrações, o material decorre na discussão da governança e diversidade, a realidade dos refugiados, os processos portugueses de regularização de imigrantes, o acesso à nacionalidade e a cidadania, uma discussão de género acerca do II Plano para a Integração dos Imigrantes, além do debate acerca do recrutamento de médicos latino-americanos em Portugal, o lugar das línguas imigrantes não europeias na sociologia e por fim um debate acerca das políticas migratórias em França.

Neste sentido, em seu primeiro capítulo o livro apresenta importantes definições e aspetos das políticas públicas em um contexto de migração. Padilla destaca que os Estados adotam políticas públicas afim de responder as novas realidades trazidas a partir das migrações internacionais, realidades estas perspectivadas em muitas situações enquanto um problema a ser trabalhado e resolvido. Os objetivos destas políticas estão em algumas situações promover, controlar, rejeitar ou gerir as emigrações e imigrações. Sendo assim, as políticas públicas devem ser entendidas enquanto um chapéu sob o qual o governo busca tomar soluções e intervenções tendo em vista problemas considerados prioritários. Para tanto são desenvolvidos planos, programas e projetos, muitos deles descritos e discutidos ao longo do livro. Sendo assim, é preciso compreender que as políticas não se limitam apenas ao controle e integração, mas, as políticas migratórias se caracterizam por desenvolver políticas de retenção, promoção, regulação, recuperação e incorporação/integração de migrantes.

O capítulo dois levanta um diferente aspeto sobre as migrações, discutindo acerca da governança da diversidade. Oliveira perspectiva a diversidade como um meio de problematizar a heterogeneidade social e a forma de governar a partir dela. Neste sentido, emerge a interculturalidade, como método de interconhecimento e compreensão mutua, uma ferramenta de troca aberta, respeitadora entre grupos diferentes, tendo em vista os direitos humanos e a democracia. Sendo assim, as políticas de defesa da diversidade cultural passam a visar a inter-relação local e a convivialidade. O imigrante passa a ser perspectivado enquanto capital humano e a governança da diversidade, o interculturalismo passa a vislumbrar a abertura ao outro, a integração comunitária e a comunicação cultural. Salienta a importância deste contexto no âmbito social e político.

Já no capítulo três, é levantado a realidade vivenciada pelos refugiados em Portugal. A partir das falas dos próprios atores, o capítulo passa a discutir de forma crítica as mobilidades/ imobilidades vivenciadas por eles e as fronteiras impostas. Santinho destaca que a suposta integração dos migrantes e refugiados tende a ser concedida pela exclusão social e pobreza, anulando as capacidades de reivindicação social e política de cada um, recaindo sobre eles as ameaças de expulsão e encarceramento. Os refugiados destacam em suas falas que sem direitos, sem dignidade, não existe liberdade, e neste sentido a autora destaca que fere-se o direito humano da mobilidade. Sendo assim, cada imigrante/refugiado representa uma fronteira, vivenciou uma série de fronteiras no seu percurso migratório e ao chegar no país de acolhimento encontra fronteiras em meio as regras administrativas, falta de documentos, ordens imperativas. A denominada “crise dos refugiados” representa, segundo a autora, uma crise de valores da própria Europa, que questiona valores de justiça social, solidariedade, liberdade. Cabe ressaltar segundo ela, que ter acesso as leis e políticas, não significa o usufruto desses direitos. Há um forte conflito entre a hospitalida-

de e a hostilidade vivenciada neste contexto.

Os processos de regularização de imigrantes em Portugal são contemplados no capítulo quatro. Segundo Sampaio, o crescimento da população estrangeira legal no país está relacionado as mudanças legislativas promulgadas pelos governos nas leis de imigração, que aprovam os processos de regularização de imigrantes. A autora levanta que estes processos de regularização estão relacionados a uma tendência de “arrumar a casa”, para depois “trancar as portas”, ou seja, regularizar os imigrantes tidos como ilegais para posteriormente restringir as possibilidades de imigração. Porém, destaca que há falta de informações e diagnósticos precisos para a construção das medidas de regularização. Para ela, as medidas políticas formuladas só serão adequadas se baseadas em uma previsão correta da estrutura da população em situação irregular. Questiona também como compatibilizar os contributos positivos da imigração e as necessidades de controlo de fronteiras e regulação de fluxos migratórios.

Agregando a esta discussão o capítulo cinco traz para o debate o acesso a nacionalidade. Padilla e Ortiz destacam as políticas migratórias na Europa com uma tendência a uniformização restritiva e as inclusões e exclusões presentes na cidadania em Portugal. O capítulo traz uma ampla contextualização histórica acerca da concessão de nacionalidade em Portugal e as diferentes Leis e processos já estipulados. Para as autoras, faz-se importante compreender e analisar a aquisição da nacionalidade ao longo da história, afim de perceber as relações entre as políticas nacionais e europeias, assim como as relações estabelecidas entre países de dentro e de fora da União Europeia. Discute-se também a Lei nº 2/2006 e as novas alterações que entraram em vigor em 2017, ressaltando pontos importantes acerca da lei e das novas mudanças.

O capítulo seis contempla um aspeto muitas vezes invisibilizado nas migrações internacionais, a perspectiva de género. A partir de uma reflexão sobre o II Plano para a Integração dos Imigrantes, França levanta o debate sobre género e migrações. Um enfoque transversal de género é enfatizado a partir da necessidade de ações concretas que visem atender as diferentes necessidades existentes para homens e mulheres, reconhecendo as desigualdades de género, e a não neutralidade das estruturas sociais, políticas, culturais e económicas. Neste sentido a autora destaca que o referido plano possui uma cegueira de género, no que diz respeito as diferenças existentes entre homens e mulheres no processo migratório. Ela relata que políticas ditas como neutras e com o objetivo de atingir igualmente homens e mulheres tendem a reforçar vulnerabilidades e desigualdades. Além disso, não se pode perspetivar a mulher como um todo homogéneo, sendo fundamental conhecer a heterogeneidade deste público.

Trazendo um outro enfoque para as políticas migratórias, o capítulo sete discute a respeito das políticas de recrutamento de médicos latino-americanos em Portugal. Segundo Masanet, as políticas de recrutamento estão relacionadas as políticas migratórias de promoção seletivas, sendo a seletividade relacionada a qualificação profissional do imigrante. A necessidade desta contratação está baseada na carência de médicos para trabalhar em determinadas regiões e zonas de Portugal e a uma grande falta de médicos de família. Dentre as especificidades e desafios vivenciados neste processo, destaca-se a hostilidade e rejeição da ordem dos médicos de Portugal e portugueses perante esta migração.

O capítulo oito traz a discussão um assunto muito relevante e por vezes não contemplado, o lugar da língua nas migrações. Há uma invisibilidade das consequências linguísti-

cas do fenómeno migratório. Matias destaca que existem duas vertentes neste debate, por um lado coloca-se a necessidade de as populações imigrantes adquirirem a língua dominante do país de residência, e por outro a importância fundamental das línguas maternas primeiras, seja na comunicação como na aprendizagem. A autora salienta a importância de uma política de língua e questiona acerca da existência de uma língua neutra de identidade e que possa ser dita como de “integração”.

O último capítulo amplia o debate para além do caso português, e traz a realidade vivenciada em França, nas políticas migratórias adotadas pelo presidente Sarkozy. Carvalho debate que, pode se considerar um fracasso na política pública quando essa não alcança os objetivos que foram declarados. Através do caso francês, o autor discute o controlo da imigração e integração de migrantes e destaca que “os fatores políticos devem ser reconhecidos por estudos de imigração como constrangimentos importantes ao leque de opções disponíveis dos governos nacionais.”

Diante de todo o exposto, faz-se fundamental perceber a importância desta obra e deste compilado de pesquisas e informações em disciplinas tão diversas, mas com foco nas migrações internacionais. O livro se configura como uma ferramenta pedagógica no ensino das migrações, possibilitando definições importantes, múltiplos olhares e reflexões sobre este tema em comum. Além de responder a uma carência de materiais destinados a discussão de políticas públicas e migrações.

É preciso compreender as migrações em seu todo e nas suas especificidades, compreender o país de origem, seu histórico, os impactos da emigração, e o país de acolhimento, de qual forma recebe e os impactos da imigração, além de perceber o indivíduo migrante na sua especificidade, e neste sentido, o livro faz diferentes frentes a estas realidades. Trazendo uma visão crítica diante destas, questiona também sobre quem é o real beneficiário das políticas públicas, o migrante ou o Estado.

Neste mesmo sentido, a obra não se limita a realidade portuguesa, mas amplia a uma discussão a nível europeu. Para Sanches (2009:170) “o que queremos ser também é definido pelo modo como, no presente, lemos o que fomos”, ou seja, é preciso compreender a história, as ações e políticas desenvolvida ao longo dos anos, para poder no presente desenvolver políticas de fato eficazes e com vistas aos direitos humanos e os/as migrantes. Sendo assim, o exemplar contempla esta necessidade, possibilitando uma visão crítica a diferentes contextos históricos e o desenvolvimento das políticas migratórias até o presente, configurando-se um material muito pertinente para o estudo, análise e proposição de ações e investigações.

Referências

- Padilla, Beatriz; Azevedo, Joana; França, Thais, (2017) *Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas*. Lisboa, Mundos Sociais
- Sanches, Manuela Ribeiro(2009), *Vulnerabilidade, espaços e construção de fronteiras em Appadurai, Arjun. (et. al) Podemos viver sem o outro? As possibilidades e os limites da Interculturalidade* Lisboa, Tinta da China.